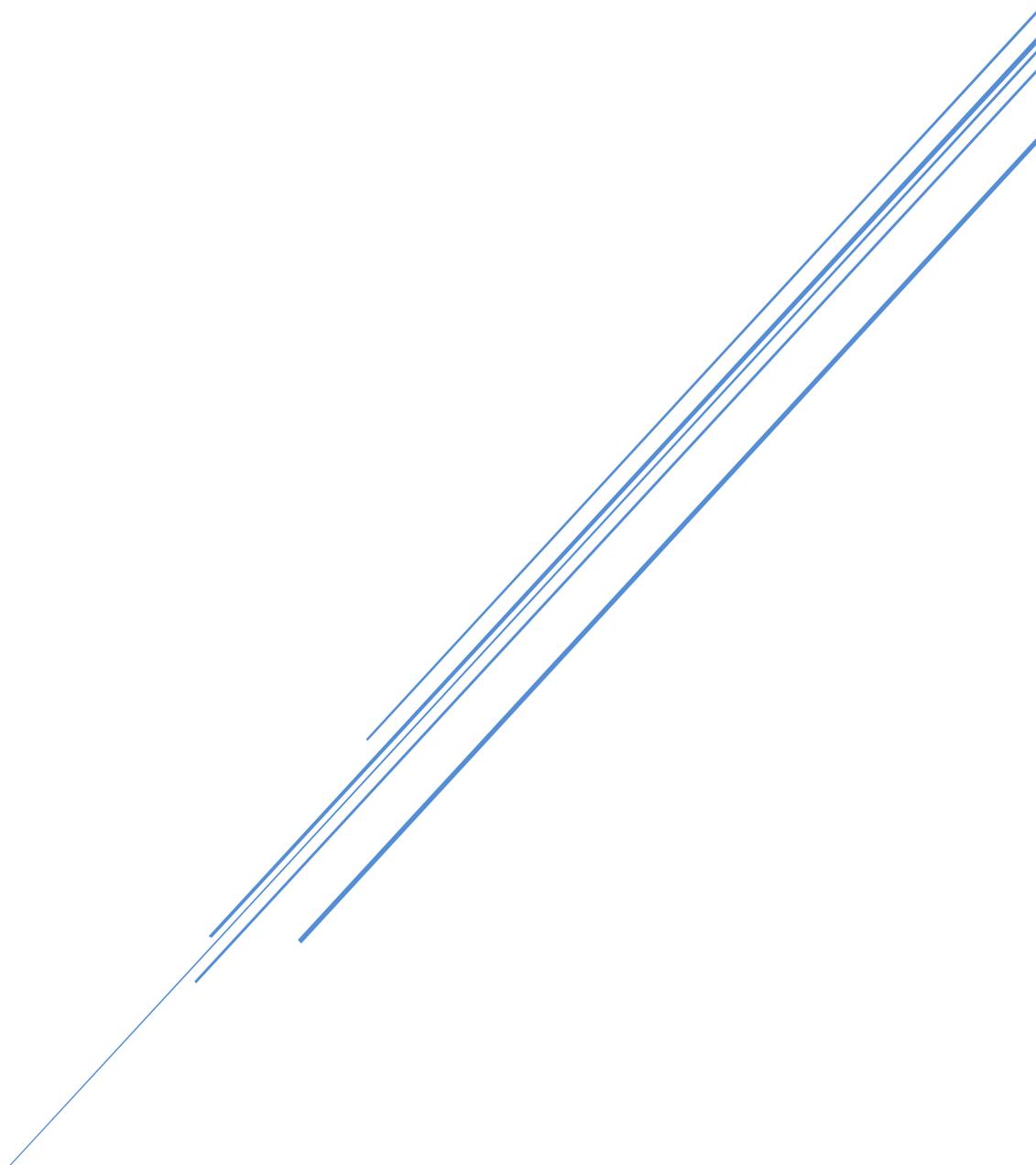


RELATÓRIO RENTABILIDADE

1º Quadrimestre (+) maio



RPPS: Quatro Barras.PR

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2022, o PREVIBARRAS completa mais um ano de serviços voltados à gestão do Regime Próprio de Previdência Social do município de Quatro Barras, estado do Paraná, sendo responsável pela arrecadação e capitalização dos recursos financeiros vertidos das contribuições dos servidores públicos efetivos municipais, pelo repasse das contribuições da prefeitura e Câmara de Vereadores, pelo recebimento da compensação previdenciária e demais aportes, além dos rendimentos das aplicações financeiras da carteira de investimentos já formada, por isso, o relatório contém as informações traçando uma linha em relação ao crescimento do PREVIBARRAS nos meses iniciais do ano formado pelo 1º quadrimestre, acrescido do mês de maio.

A transparência na divulgação de suas informações aos participantes e à sociedade é um dos valores do PREVIBARRAS na forma como conduz suas atividades, que espera aproximar ainda mais os segurados, elucidar os números e a capacidade do RPPS no compromisso de bem cuidar de seus homens e mulheres, seres humanos imprescindíveis para a educação, sustentabilidade, responsabilidade social e, principalmente, para a qualidade de vida das pessoas que cuidamos.

Boa leitura!



PREVIBARRAS:

O município de Quatro Barras instituiu em 1999 seu regime próprio de previdência e posteriormente organizou o RPPS através da Lei 28, de 27 de setembro de 2002, tendo como órgão gestor, o PREVIBARRAS, organizado com regras e critérios norteadores da Lei 9.717/1998.

O PREVIBARRAS está sujeito e deve obedecer aos ditames da Constituição e demais leis norteadoras, como Lei 4.320/64, Lei Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, Portarias e Notas Técnicas emanadas pela Secretaria de Previdência Social (SEPREV) bem como aos ditames da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963,21 que tratam das aplicações financeiras dos RPPS.

GOVERNANÇA

A administração do sistema de previdência, assim como todas as decisões que impactam a gestão do regime próprio, pode ser acompanhada pelos segurados, que também podem se candidatar ou mesmo eleger representantes para tomar as decisões sobre rumos do PREVIBARRAS, bem como fiscalizá-la.

Conselho de Administração – Delibera sobre assuntos de interesse do PREVIBARRAS e tem como principais atribuições: a aprovação da prestação de contas da Diretoria Executiva que compreende as demonstrações financeiras e contábeis, do orçamento anual e a da avaliação atuarial. Além disso, aprova a política de investimentos anual e suas revisões, referenda alterações da Lei que tratam do PREVIBARRAS, bem como decide sobre a utilização de seu patrimônio e de eventuais aquisições de ativos imobilizados e de parcelamentos de contribuições ou aportes para cobertura de déficits atuariais.

Conselho Fiscal – Supervisiona a gestão econômico-financeiras do PREVIBARRAS, acompanhando a utilização dos recursos através das prestações de contas mensais e controles internos com relação à aderência da gestão dos recursos às normas vigentes e políticas de investimento, aderência das hipóteses atuariais e à execução da política de investimentos e do orçamento das despesas administrativas e previdenciárias.

Diretoria Executiva – Responsável pela administração do PREVIBARRAS de acordo com as disposições legais, regulamentos e normas. A Diretoria Executiva atua também no sentido assegurar que as decisões tomadas pelo Conselho de Administração sejam colocadas em prática.

Comitê de Investimentos – Participam da gestão dos recursos financeiros nos aspectos regulamentares, atuariais e de investimentos. São responsáveis pela aprovação de alterações dos regulamentos, das políticas de investimentos e acompanham o desempenho das aplicações. É composto por cinco integrantes, possuindo na sua maioria, certificação profissional junto ao mercado financeiro.

Consultoria Atuarial – Responsável pela realização dos estudos que subsidiam as escolhas das hipóteses atuariais e do cálculo atuarial que mensura obrigações. Produz os números que indicam a dimensão das obrigações do regime previdenciário para com seus segurados.

INTRODUÇÃO:

Os fatores macroeconômicos são aqueles que a empresa ou uma pessoa não tem controle, ou seja, são causados por influências de algum fato, sejam eles, econômico, políticos, ou outro que venha deturpar o ambiente interno e externo.

Se o ambiente parece estar se deteriorando, os consumidores tendem a cortar gastos e se tornam mais conservadores em seus hábitos de compras. Inversamente, quando as condições melhoram, as pessoas tendem a pôr a mão no bolso. Essas reações às mudanças das forças (macro) econômica externas, tais como o aumento ou declínio da produtividade, influenciam as decisões, logo, acompanhar os cenários econômicos e planejar, visam deixar mais preparados investidores para tomada decisão.

Por mais incrível que isso pareça, muitas vezes, nos últimos doze, dezoito, vinte quatro meses, você andava ocupado pensando o que fazer para enfrentar a crise de rentabilidade negativa trazida pela alta volatilidade que diminuía a cada mês o valor de suas aplicações e consequentes reflexos na rentabilidade anual e no resultado do cálculo atuarial, sem contar nas especulações a respeito das atitudes que teve ou não teve, para enfrentar a situação.

Provavelmente não tenha pensado que quando se enfrenta uma crise financeira, é melhor **não** fazer nada do que tomar uma atitude impensada, que possa prejudicar ainda mais sua situação, embora, também seja verdade, que a perspectiva de assistir passivamente à diminuição da massa de recursos financeiros sob sua gestão, lhe pareça impossível, pensar que esse seja o caminho.

Neste cenário de incertezas da economia brasileira fatores e variáveis aumentam as preocupações dos investidores, como o PREVIBARRAS que dentre seus objetivos institucionais, arrecada contribuições e que devem ser protegidas e incrementadas junto ao mercado financeiro, bem como alocar esses recursos para permitir o alcance da meta atuarial e apresentar condições de honrar os compromissos atuais e futuros do regime próprio de previdência social.

Decorridos 150 dias do ano de 2022 já podemos responder como será o resultado anualizado das aplicações, meta atuarial ou melhor segmento das aplicações dentre as permitidas ao RPPS, ou ainda do melhor resultado individual dentre aqueles investimentos integrantes da carteira do PREVIBARRAS?

E se as perguntas forem sobre café ou chá? Chuva ou sol? Praia ou campo? Ou qual será a taxa de inflação e da taxa Selic no último dia dezembro 2022, qual das perguntas podem ser respondidas mais facilmente? As respostas, certamente irão depender do gosto, do clima e da própria vontade, entretanto, com relação à taxa de inflação ou dos juros, vai depender das variáveis como inflação, consumo, crescimento econômico, condições políticas, taxa de juros americana e sua economia, da economia chinesa, do estado pós-guerra Rússia x Ucrânia e demais variáveis deste mundo globalizado, integrado, tecnológico e carregado de interrogações.

Nos dias iniciais deste ano comentávamos que 2022 seria um ano de ajustes, um ano de desequilíbrios, de elevada taxa de inflação e elevação da taxa Selic, do processo eleitoral, do grau incerto de confiança dos investidores, variáveis que exerceriam fortes efeitos na economia, porém, passados os primeiros passos, possibilitariam melhora dos indicadores, da confiança dos agentes econômicos, sem esquecer que no mundo globalizado, nosso desempenho estaria ligado às condições da economia mundial.

Desde então, já se passaram 150 dias, ou 15 decêndios ou cinco meses e quais as respostas já supridas dentre as expectativas iniciais, seja do alcance da rentabilidade das aplicações financeiras e da meta atuarial, ou quantos benefícios de aposentadorias e pensões já foram concedidos e quantos novos contribuintes ganhou o RPPS?

O que continuar a esperar em 2022 do mercado financeiro?

Conforme já aprendemos em economia, o mercado financeiro é o conjunto de instituições formado por agentes detentores de capital que na busca de sua manutenção ou do seu incremento, estabelecem um mecanismo que permite o comércio (compra e venda) de valores mobiliários como ações ou commodities ou ainda câmbio e outros bens e é neste mercado onde produtos são comercializados e onde existem mercados especializados, quem participa deseja ganhar dinheiro.

Todo mundo quer ganhar dinheiro, mas, apesar dos ganhos torna-se necessário economizar o dinheiro que se ganha para manter as contas em dia e investir no futuro, formar poupança, sendo necessário ter metas, como para compra de um bem ou para cobrir situações de emergência ou quando da aposentadoria.

Nesse contexto, os investidores (os doadores) além de “poupar” procuram performar seus recursos com a melhor taxa de retorno, preferencialmente livre de qualquer risco, ao mesmo tempo em que desejam poupar, entretanto, as decisões financeiras não são tomadas em ambiente de total certeza a seus resultados, ou seja, as decisões de investimentos estão voltadas ao futuro e onde existe uma variável importante chamada incerteza, que representa uma distribuição de probabilidades de diversos resultados em relação a um ou mais eventos, assim as decisões de investimentos estão sendo tomadas sob uma decisão de risco.

O risco revela a possibilidade esperada de perda e está voltado para o futuro e sua abrangência é ampla, envolvendo desde o risco de insucesso de um negócio, como de contrair uma doença por exemplo.

As causas de risco podem ser avaliadas e diminuídas, entretanto, não temos domínio sobre eventos como de natureza política, econômica e social, chamado de risco sistemático. De outro lado, o risco não sistemático está relacionado propriamente à característica do tipo de ativo, neste caso, podendo ser eliminado da carteira de investimentos.

A postura do investidor em relação ao risco é pessoal e inerente ao perfil do investidor, não se encontrando uma única resposta para a tomada de decisões, porém, as preferências devem ser consideradas em relação ao conflito do risco/retorno da decisão. Em outras palavras, o investidor deve refletir sobre suas preferências com relação ao nível de ganho futuro e ao grau de risco do investimento.

Por meio da diversificação é possível esperar que ativos com risco possam ser combinados na carteira (portfólio) de investimentos de maneira que se apure um risco menor pela não correlação positiva entre os ativos investidos, no entanto, apesar da diversificação, a eliminação total do risco, é impraticável. Apesar do fator risco, o investidor poderá selecionar uma carteira de ativos que possa melhor combinar o retorno desejado em relação à preferência e horizonte temporal para sua realização ou utilização, com o máximo grau de satisfação.

Então, o investidor diante das opções disponíveis para aplicação e de acordo com seu perfil e preferência, buscará os investimentos que deseja, tanto, títulos públicos ou privados ou ainda ações, junto ao mercado primário, secundário e no mercado de capitais.

Cada vez mais, para buscar retornos mais elevados, será necessário assumir mais riscos e neste processo será muito importante levar em consideração dois aspectos fundamentais de investimento que para alguns estavam um tanto enferrujados, como a diversificação e a análise mais ampla e profunda dos investimentos.

APLICAÇÕES DO SEGMENTO RENDA FIXA

A renda fixa é a modalidade de investimento mais procurada pelos investidores que procuram rendimentos mais estáveis e segurança. É um tipo de investimento que qualquer investidor pode fazer, principalmente aqueles que não tenham nenhuma reserva de emergência, por exemplo.

Chama-se renda fixa justamente porque possui uma rentabilidade previsível, que tem regras de rendimento definidas antes, ou seja, na hora de aplicar, o investidor já fica sabendo o prazo e a taxa de rendimento ou o índice que será usado para valorizar o dinheiro investido. Por exemplo, ele sabe que vai receber 2% ao ano ou o quanto variar a inflação. É um investimento indicado para um perfil conservador.

Quais são os tipos de renda fixa?

POUPANÇA: É a aplicação mais popular do país. É fácil de aplicar, sacar e não paga Imposto de Renda. O rendimento é mensal, sendo atualizado sempre na data de abertura.

TESOURO DIRETO (títulos do governo): Nessa aplicação o emissor é o governo federal. Há títulos prefixados, como o Tesouro Prefixado e títulos pós-fixados, como o Tesouro Selic ou o Tesouro IPCA+.

CDBs (Certificados de Depósito Bancário e RDBs (Recibo de Depósitos Bancários): São exemplos de aplicações de renda fixa em títulos de bancos, o primeiro pode ser negociado antes da data do vencimento, já o segundo é inegociável e intransferível.

DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS: são exemplos de aplicações em títulos de renda fixa de empresas.

LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio): Também é como emprestar dinheiro para o banco em troca de uma taxa de juros (o rendimento do título).

FUNDOS DE INVESTIMENTOS: É um conjunto de recursos monetários formado por depósitos de grande número de investidores (os cotistas), que se destinam a aplicação coletiva em uma carteira de títulos e valores mobiliários, que dependendo das características dos ativos que compõem sua carteira, poderá ser aberto ou fechado.

Os fundos de investimentos podem ser abertos ou fechados, com ou sem carência, do segmento de renda fixa ou renda variável e investimentos no exterior.

Segundo a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) fundo de investimento *“é uma comunhão de recursos, captados de pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aplicação em títulos e valores mobiliários. Isto é: os recursos de todos os investidores de um fundo de investimento são usados para comprar bens (títulos) que são de todos os investidores, na proporção de seus investimentos”*.

Um fundo é organizado sob a forma de condomínio e seu patrimônio é dividido em cotas, cujo valor é calculado diariamente por meio da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo.

O patrimônio líquido é calculado pela soma do valor de todos os títulos e do valor em caixa, menos as obrigações do fundo, inclusive aquelas relativas à sua administração. As cotas são frações do valor do patrimônio do fundo. Os fundos de investimento podem ser classificados da seguinte forma:

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;
- Fundo Cambial;
- Fundo de Dívida Externa; e
- Fundo Multimercado.

Dentre os fundos de renda fixa, existem os fundos de investimentos conhecidos como IMA (Índice de Mercado Anbima), que é uma família de índices de renda fixa, criados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e que representam o desempenho dos preços de mercado de um conjunto de títulos públicos.

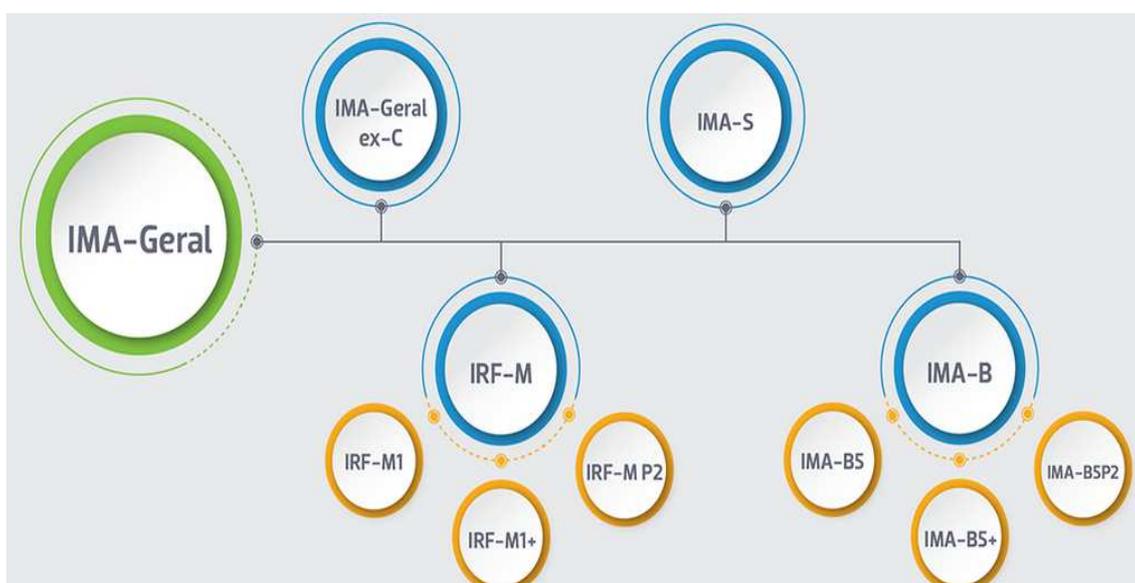
1 - Fundo de Investimentos: IMA: Carteira composta por títulos públicos federais que mede a rentabilidade de uma carteira teórica de títulos públicos federais. O índice (IMA) é composto por um índice geral (chamado “IMA-Geral”), que é calculado pela média ponderada de outros subíndices (IMA-B, IMA-C, IRF-M e IMA-S).

Segundo a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o índice IMA é:

O Índice de Mercado ANBIMA, conhecido como IMA, é referência para os investimentos em renda fixa. É uma das formas de os investidores acompanharem o desempenho das aplicações e avaliarem, de forma comparativa, as opções de produtos disponíveis no mercado.

O IMA é formado por uma carteira de títulos públicos semelhante à que compõe a dívida pública interna brasileira. Isso significa que o indicador apresenta os mesmos papéis, na mesma proporção, da dívida. Ele é chamado de IMA-Geral.

Para retratar essa variedade de títulos existentes, são calculados diferentes indicadores. Eles reúnem ativos de características semelhantes e são chamados de subíndices.



Cada um dos subíndices, por sua vez, é calculado a partir de um tipo diferente de títulos.

IMA-Geral: formado por todos os títulos que compõem a dívida pública.

IMA-Geral ex-C: segue a lógica do IMA-Geral, ou seja, formado por todos os títulos que compõem a dívida pública, excluindo os papéis indexados ao IGP-M (as antigas NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – Série C ou Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais).

IRF-M: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais).

IRF-M 1: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos abaixo de um ano.

IRF-M 1+: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos acima de um ano.

IMA-B: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

IMA-B 5: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento de até cinco anos.

IMA-B 5+: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento igual ou acima de cinco anos.

Neste período em que os fundos **IMA-B** balançam como renda variável, apresentando significativa rentabilidade negativa, segue algumas considerações no sentido de ajudá-los no entendimento.

- I. Fundos IMA-B são fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais (NTN-B), cuja rentabilidade está baseada no comportamento da taxa de inflação;
- II. Os fundos IMA-B são caracterizados também pelo prazo de vencimento dos títulos públicos;
- III. Embora os fundos IMA-B tenham títulos de longo prazo (compatíveis com o perfil previdenciário dos RPPS e fundos de Pensões), tais fundos oferecem aos quotistas, liquidez imediata, ou seja, podem ser resgatados antes do seu vencimento.
- IV. Tal prerrogativa (de resgate) apresenta vantagem considerável para o quotista (liquidez), entretanto, traz consigo um ônus: como há possibilidade dos cotistas efetuarem resgates a qualquer momento, o preço dos títulos para negociação imediata deve refletir qualquer variação na expectativa da inflação futura.

- V. O procedimento acima é conhecido no mercado com o termo técnico "marcação a mercado", com obrigatoriedade regulamentar, de acordo com Instrução CVM.
- VI. Os fundos IMA-B têm títulos de longo prazo, cuja rentabilidade depende da taxa de inflação. Se a inflação futura tem expectativa de queda, ocorre redução na rentabilidade dos fundos IMA-B. Em virtude da liquidez imediata, esta queda de rentabilidade deve ser incorporada imediatamente.

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

Com o crescimento da economia e das empresas brasileiras, o mercado de capitais, atua como agente capaz de promover alternativas de investimentos para as empresas e do sucesso dos investimentos, promovendo ainda a riqueza nacional por meio da poupança dos agentes econômicos.



Neste mercado, encontram-se as ações, que se constituem em títulos representativos da fração de capital de uma empresa, ou seja, o acionista é coproprietário da empresa, portanto, com direito a participação de seus resultados.

As ações podem ser ordinárias ou preferenciais, no primeiro caso, o acionista tem direito a voto sobre o rumo da empresa, distribuição de resultados, etc., enquanto no segundo caso, o acionista não tem direito a voto, mas, certas preferências, como prioridade na distribuição de dividendos, no reembolso de capital caso a empresa seja dissolvida.

Como não é permitida aos RPPS a aquisição direta de ações, os fundos de investimentos apresentam-se como importante alternativa para os investimentos, principalmente pelo casamento do perfil do RPPS e retorno de longo prazo que as ações apresentam.

1 - Fundos de ações IBOVESPA: São fundos de ações de gestão passiva e com alta liquidez e tendem a obter retorno pelo desempenho das empresas mais representativas da Bolsa de Valores, pois o índice é formado por uma carteira teórica de ações com maior volume negociado nos últimos meses e que representam 80% do volume transacionado nos doze meses anteriores à formação da carteira e que no mínimo, represente 80% de presença nos pregões do período e ter participação em termos de volume financeiro maior ou igual a 0,1%(zero vírgula um por cento), no mercado à vista (lote-padrão), no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores.

O investidor desse tipo de fundo deve ter em mente que as ações de empresas como Petrobras, Vale, Banco do Brasil, Banco Itaú, Gerdau e Votorantim, dentre outras, que compõem o índice IBOVESPA, dificilmente deixarão de existir e seu desempenho está ligado ao crescimento da economia em escala global e ao crescimento do país.

2 - Fundos de ações IBrX (Índice Brasil de Ações): Composto por uma carteira teórica por 100 ações selecionadas na Bovespa em ordem decrescente por liquidez em termos de seu índice de negociabilidade (número de negócios e volume financeiro medidos nos últimos doze meses).

3 – Fundos de ações IBrX50 (Índice Brasil 50): É o indicador do desempenho médio dos 50 ativos mais negociados e mais representativos do mercado de ações brasileiro. O índice é resultado de uma carteira teórica de ativos, reformulada a cada quatro meses. Ele é composto exclusivamente de ações e units¹.

4 – Fundos de ações IGC (IGC): O Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada reflete o valor dos ativos de todas as empresas com governança corporativa diferenciada.

São incluídos ativos das empresas listadas nos segmentos Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de governança corporativa. Tanto, ações como units podem compor o IGC.

5 – Fundos de ações ETF (ETF): O fundo ETF de Ações, também conhecido como Exchange Traded Fund, é fundo negociado em Bolsa que representa uma comunhão de recursos destinados à aplicação em uma carteira de ações que busca retornos que correspondam, de forma geral, à performance, antes de taxas e despesas, de um índice de referência.

Como índice de referência do ETF de Ações admite-se qualquer índice de ações reconhecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os índices de ações permitem ao investidor avaliar como um grupo específico de ações se comportou em relação a um outro grupo ou à sua própria carteira de ações. Isso porque os índices de ações são calculados a partir de uma carteira teórica de ações, criada apenas para medir o desempenho desses ativos.

¹ As **Units** são um modelo de ativo que agrupa uma ou mais ações de uma empresa que possuem negociações na Bolsa de Valores. As **Units** também são conhecidas como Certificados de Depósitos de Ações. Em uma **Unit** podemos ter diferentes opções de ativos, como ações preferenciais (PN) e ações ordinárias (ON)

6 - Fundos imobiliários: São aqueles que compram parte ou a totalidade de imóveis comerciais como shopping centers, lajes corporativas, galpões logísticos, hospitais, entre outros, e ganham com a valorização desses ativos e o valor do aluguel, distribuído periodicamente aos cotistas e corrigido pela inflação.

As cotas dos fundos imobiliários são negociadas em Bolsa, como se fossem ações, embora, a liquidez neste caso, não seja ainda tão alta quanto à liquidez das ações, normalmente não é difícil vender as cotas, desde que o investidor não precise do dinheiro imediatamente.

7 - Fundo de Participações (FIP): É caracterizado, principalmente, pela participação ativa nas empresas ou negócios em que investe, sendo constituído em forma de condomínio fechado e os recursos sob sua administração são destinados à *"aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida"*.

Em outras palavras, isso significa que o fundo tem efetiva influência na definição da política estratégica e da gestão, através da indicação de membros do Conselho de Administração nas empresas das quais tem participação.

8 - Fundos de Private Equity: São os fundos que investem diretamente em empresas (listadas ou não na Bolsa de Valores), com o intuito de geri-las e realizar o desinvestimento em um período de longo prazo.

Os Fundos de *Private Equity* são constituídos sob a forma de condomínio fechado e investem em empresas que possuem bom potencial de crescimento e valorização.

O objetivo desses fundos é capitalizar tais empresas, ajustar a administração e vender a participação por um valor substancialmente superior ao comprado.

Os investidores que aplicam nesse instrumento financeiro se tornam proprietários de cotas do fundo e participam do processo decisório da empresa investida, com influência na gestão e política estratégica, uma vez que possuem a prerrogativa de indicarem membros do conselho de administração.

INDICADORES X RENTABILIDADE X META ATUARIAL

Os indicadores servem para demonstrar um resultado passado servindo ainda de referência futura, da mesma forma que a rentabilidade tem relação com o passado e poderá servir de orientação a eventual decisão de investimentos, já a meta atuarial é indicador presente e servindo de referência e vinculação com horizonte futuro, indicando no presente determinada quantia ou valor futuro a ser atualmente equacionado a fim de evitar futuramente a ocorrência de situação não desejável, como perda de sustentabilidade, solvência.

Como os indicadores, rentabilidade e meta atuarial tem estreita ligação com os RPPS, os números e opções de aplicação têm como objetivos permitir que o RPPS seja capaz de comparar suas necessidades atuariais com os recursos financeiros de que dispõe e opções de investimentos, para fazer frente aos indicadores e metas, ou seja, deve procurar uma instituição financeira e promover a alocação de seus recursos em uma aplicação financeira² para obter os ganhos que somados as contribuições recebidas, lhe permita atualmente e futuramente, pagar os benefícios previdenciários.

Além do alcance da meta atuarial³ as aplicações financeiras medem o desempenho em relação a índices e tendências do mercado, ou seja, permitem promover a comparabilidade, compreensibilidade, fidedignidade e integridade do resultado em relação às opções de investimentos e das incertezas do mercado financeiro.

Ainda que o resultado do PREVIBARRAS no quadrimestre esteja abaixo da necessidade atuarial e na expectativa do resultado de maio, os indicadores (quadro 1) permitem comparar a rentabilidade das aplicações, diga-se, que estão positivas e que alcançadas dentro das condições e cenários da economia, do mercado, da taxa de juros, taxa de inflação e pelos temas macro econômicos de recuperação global pós Covid e do conflito Rússia x Ucrânia,

Quadro 1 – Resumo Mercado Financeiro

Indicadores	mai-22	abr-22	mar-22	2022
CDI	1,03%	0,83%	0,92%	4,34%
SELIC	1,03%	0,83%	0,92%	4,34%
Dólar (Bacen)	-3,87%	3,83%	-7,81%	-15,26%
Euro (Bacen)	-2,12%	-1,35%	-9,07%	-19,70%
Dólar (Mercado)	-3,85%	3,81%	-7,65%	-14,71%
Euro (Mercado)	-2,11%	-1,04%	-9,30%	-19,54%
Ibovespa	3,22%	-10,10%	6,06%	6,23%
Ouro B3	-6,69%	2,40%	-4,89%	-15,45%
IGP-M	0,52%	1,41%	1,74%	7,54%
IPCA**	0,59%	1,06%	1,62%	4,91%
Poupança nova*	0,67%	0,56%	0,60%	2,91%
Poupança antiga*	0,67%	0,56%	0,60%	2,91%
Poup. nova + IR*	0,78%	0,65%	0,70%	3,43%
Poup. ant. + IR*	0,78%	0,65%	0,70%	3,43%

Fonte: www.minhaseconomias.com.br

Tabela 1 – Meta Atuarial x Índices X Rentabilidade

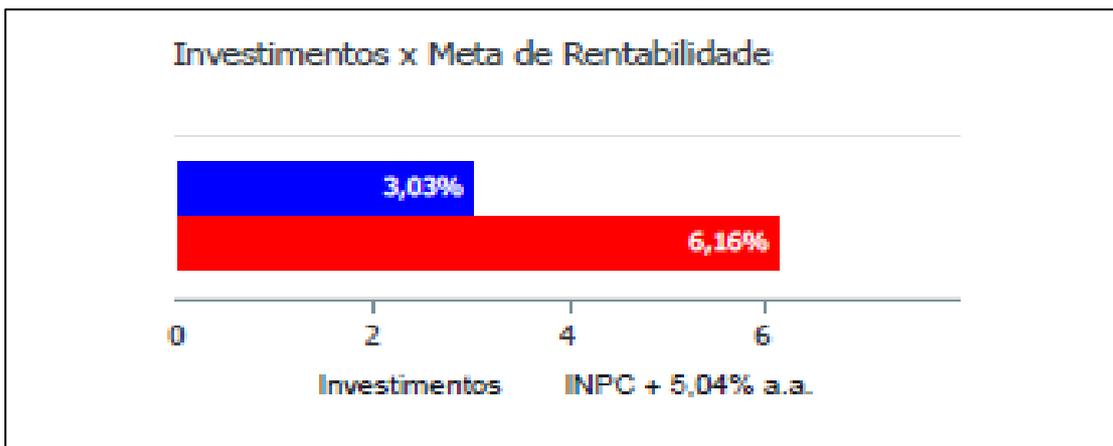
MÊS	INPC	Ac.	CDI	Ac.	Ibovespa	Ac.	Meta Mês	Meta Ano	PREVIBARRAS	Ac.
jan./22	0,67	0,67	0,73	0,73	6,98	6,98	1,08	1,08	0,38	0,38
fev./22	1,00	1,68	0,75	1,49	0,89	7,93	1,38	2,47	0,49	0,87
mar/22	1,71	3,42	0,92	2,42	6,06	14,47	2,15	4,68	2,64	3,53
abr./22	1,04	4,49	0,83	3,27	-10,10	2,91	1,42	6,16	-0,50	3,02

Fonte: AMX.

² Ocorre quando se empresta o dinheiro para uma instituição financeira e ela te paga uma remuneração (juros) por isso.

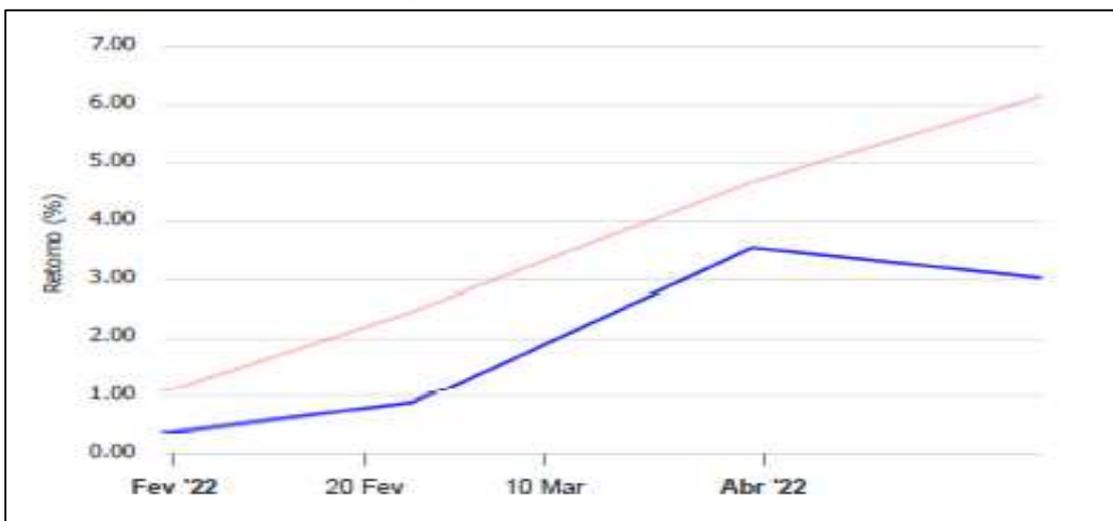
³ Estudo técnico realizado com base em dados cadastrais dos participantes do regime próprio previdência social ou de previdência complementar, planos de saúde e possui data base (cadastral) posicionada a partir de doze meses anteriores a elaboração do cálculo atuarial anual que tem por objetivo avaliar o plano de custeio para que este se mantenha equilibrado, garantindo a continuidade do pagamento dos benefícios cobertos pelo regime.

Gráfico 1 – Rentabilidade x Meta Atuarial



Fonte: AMX

Gráfico 2 – Rentabilidade x Meta Atuarial



Fonte: AMX

O resultado 1ºQ2022 registra rentabilidade média de 3,02% contra meta atuarial de 6,16%, ou seja, inferior à meta atuarial, porém, o mercado financeiro é dinâmico e as divergências se ajustam ao longo do tempo, portanto, acompanhar e avaliar a tendência da economia, da política monetária, fiscal e dos respectivos efeitos junto ao mercado financeiro, é fundamental para buscar a rentabilidade almejada.

O resultado da rentabilidade média vem do conjunto das aplicações que o PREVIBARRAS possui, sendo na renda fixa o RPPS mantém quatorze (14) aplicações em fundos de investimentos (fundos IMA-B, IMA-B 5, IMA-B5+, IRF-M, IRF-M 1, CDI e IPCA) e aplicações do segmento de renda variável, através de fundos de investimentos em ações (Ibovespa, IGC, FII, FIP) que totalizam sete (7) aplicações.

Tabela 2 – Benchmark X Rentabilidade – Renda Fixa

Retorno dos investimentos e Benchmark's de ativos no mês de Abril/2022 - RENDA FIXA						
	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M
IDKA IPCA 2 Anos (Benchmark)	1,51%	5,45%	5,39%	8,99%	9,27%	19,55%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,48%	5,36%	5,35%	8,68%	9,34%	19,39%
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,05%	6,15%	5,56%	8,62%	11,92%	22,42%
IMA-B 5+ (Benchmark)	0,08%	1,99%	3,65%	6,19%	-0,03%	10,27%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,04%	1,86%	3,55%	6,03%	-0,40%	9,46%
IRF-M 1 (Benchmark)	0,75%	3,04%	2,40%	4,76%	5,63%	8,09%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,70%	2,95%	2,32%	4,62%	5,36%	7,41%
IMA-B 5 (Benchmark)	1,56%	5,43%	5,31%	8,92%	9,45%	19,21%
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,25%	-	5,04%	-	-	-
IMA-B (Benchmark)	0,83%	3,73%	4,49%	7,56%	4,69%	14,81%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,80%	3,65%	4,44%	7,44%	4,41%	14,24%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,85%	3,73%	4,52%	7,54%	4,55%	14,36%
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	-0,66%	-12,23%	-11,99%	-14,11%	-46,32%	-91,24%
IRF-M (Benchmark)	-0,12%	1,23%	1,31%	4,98%	1,22%	3,18%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,10%	1,18%	1,31%	4,94%	0,92%	2,67%
CDI (Benchmark)	0,83%	3,28%	2,53%	4,68%	7,08%	9,38%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	0,73%	2,92%	2,26%	4,13%	5,92%	7,01%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,78%	3,37%	2,57%	4,85%	7,40%	9,81%
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,52%	2,53%	2,50%	5,27%	3,44%	7,62%
IPCA (Benchmark)	1,06%	4,29%	3,73%	6,05%	12,13%	19,71%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,05%	6,16%	5,56%	8,64%	11,95%	22,02%
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,62%	2,86%	2,67%	5,24%	4,49%	9,44%

Fonte: AMX

Tabela 3 – Benchmark X Rentabilidade – Renda Variável

Retorno dos investimentos e Benchmark's de ativos no mês de Abril/2022 - RENDA VARIÁVEL						
	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M
IPCA + 8,00% ao ano (Benchmark)	1,65%	6,91%	5,65%	10,15%	21,07%	39,50%
AUSTRO MULTISSETORIAL FIP MULTISTRATÉGIA	-0,17%	-0,65%	-0,52%	-0,93%	-	-3,45%
Ibovespa (Benchmark)	-10,10%	2,91%	-3,81%	4,23%	-9,27%	34,00%
SOMMA BRASIL FI AÇÕES	-8,27%	1,64%	-5,46%	1,40%	-12,86%	22,46%
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	-8,02%	2,55%	-3,69%	4,62%	-4,64%	51,51%
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES	-10,04%	2,65%	-3,79%	4,30%	-11,49%	32,60%
IPCA (Benchmark)	1,06%	4,29%	3,73%	6,05%	12,13%	19,71%
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTISTRATÉGIA	-0,58%	-2,34%	-1,79%	-3,38%	-6,40%	-17,18%
IFIX (Benchmark)	1,19%	0,29%	1,30%	5,13%	-1,68%	8,04%
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11	-1,55%	37,91%	83,65%	49,80%	409,33%	360,24%

Fonte: AMX

Os números do PREVIBARRAS são inferiores à meta atuarial, entretanto, é preciso acreditar que vai ser diferente, que vai passar e se faz no PREVIBARRAS o que cabe dentro do permitido, das diretrizes e objetivos institucionais.

Também é fato, que há mais prazo a incorrer até final do ano do que já passou e que as expectativas irão continuar e que não se sabe qual será o resultado, mas, basicamente o que vai acontecer não está na bola de cristal que possuímos e nem na bola de cristal do vizinho, por isso, apenas o tempo dirá.

E se o tempo é quem dirá, vai ser a ação (pela percepção) e certa dose de informações que trarão resultados, caso positivo, motivo de jubilo e certo alívio e se negativo, motivo de preocupação e de achar culpados, o caso é que tanto um ou outro, independe da nossa vontade e faz parte do “andar” dos acontecimentos,

Com certeza, fazer gestão não é buscar o erro e nem dar prejuízo aos recursos já acumulados, o que fazer e como fazer, precisa ser enfrentado e as tendências consideradas, revistas para que se transformem em ações que possam obter rentabilidade e proporcionar o crescimento dos recursos financeiros e principalmente, que os resultados alcançados venham ao encontro do perfil do PREVIBARRAS e que sejam compatíveis com o crescimento do país, por sua vez, consonante com a economia global.

Não há garantias de que haverá oportunidades suficientes de investimento que satisfaçam a todos os objetivos e nem de que tais oportunidades de investimento levarão ao ganho, sempre sujeitas às condições dos cenários do mercado, porém, não podem levar ao desânimo e reclamações.

Então, sem discutir o mérito do aumento da taxa de juros e da inflação elevada sem sinal de arrefecimento, onde alocar os recursos financeiros existentes para auxiliar no alcance da meta atuarial e da própria consecução dos objetivos do RPPS.

Em outras palavras, apesar da rentabilidade das aplicações que vimos acontecer e que estão abaixo da meta atuarial anual, não devemos esquecer que o perfil de investimentos do RPPS é de longo prazo, pelos menos acima de 35 anos, portanto, o raciocínio deve ser remetido à gestão de longo prazo, cujo resultado estará atrelado aos índices econômicos advindos dos rumos da economia.

Finalizando, cabe ao gestor do PREVIBARRAS dentro de sua competência e zelo manter e aplicar os recursos financeiros de acordo a legislação e princípios da boa gestão financeira, iniciar um novo ciclo, certamente, cheio de oportunidades.

Araquari/SC, 02 de junho de 2022.

Eliezer da Silva
Consultor CVM 1604-7